

**TERMO DE REFERÊNCIA – CREDENCIAMENTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**

**1. OBJETO:** Credenciamento para habilitação de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com atividades voltadas ou vinculadas a serviços de saúde e assistência social, interessadas em prestar **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**, na modalidade **CASA DE PASSAGEM**, vinculado ao departamento de Proteção Social Especial, de caráter provisório para adultos a partir de 18 (dezoito) anos e/ou famílias, com estrutura para acolher pessoas de ambos sexos, que se encontram em situação de/na rua e em trânsito no município de Itajaí, de acordo com os requisitos e critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA:**

Norteada pela legislação federal como política pública, a assistência social se constitui como direito do cidadão e dever do Estado, possui o caráter de Seguridade Social não contributiva e atua no âmbito da universalidade, garantindo o direito de acesso por todos os cidadãos que dela necessitam, provendo os mínimos sociais por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, garantindo o atendimento às necessidades básicas e de proteção integral.

O município de Itajaí tem regulamentado **pela Lei Complementar nº 314, de 27 de outubro de 2017, o seu Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, que se organiza em 02 (dois) níveis de proteção: Básica e Especial (média e alta complexidade), visando à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, promovendo à proteção, o amparo e a promoção das famílias e indivíduos, considerando-se como seu principal patrimônio “as pessoas”, que na qualidade de usuários a acessa para ter a garantia, a defesa e a promoção de seus direitos constitucionais.

O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em pesquisa indicou o crescimento de aproximadamente 34% de pessoas em situação de rua no Brasil. Este fenômeno é realidade de todos os municípios deste país, em especial aos municípios de grande porte, como é o caso de Itajaí, que no ano de 2024 atendeu 6.856 (seis mil, oitocentos e cinquenta e seis) pessoas em situação de rua, conforme registro oficial do RMA – Relatório Mensal de Atendimento do Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome.

Neste contexto, a política de Assistência Social através do **CENTRO POP** presta o atendimento a pessoas em situação de/na rua e possui como uma de suas atribuições realizar encaminhamento ao Serviço de Acolhimento Institucional. Dentre as possibilidades de Acolhimento, a modalidade de Casa de Passagem se faz necessário como retaguarda na garantia de direitos aos usuários em questão.

No estudo de ocupação realizado em abril do corrente ano, que compreendeu os últimos doze meses de atendimento ao referido público, foi possível identificar que 50% (cinquenta por cento) das ocupações hoje demandadas a Casa de Apoio Social, atualmente configurada como Serviço de acolhimento na modalidade de abrigo institucional, na verdade as demandas latentes são para Casa de Passagem, chegando a ser identificado que no último ano, foram atendidos 157 (cento e cinquenta e sete) usuários com esta demanda. Deste total, a média de permanência no Serviço socioassistencial existente é de 7 (sete) dias em acolhimento, ao passo que os outros 50% do público atendido trata-se efetivamente de demanda de Serviço de Acolhimento na modalidade de abrigo Institucional, com tempo médio de permanência de 58 (cinquenta e oito) dias.

Frente ao exposto, justifica-se a necessidade de ampliação dos Serviços Socioassistenciais destinados a população em situação de/na rua, o que fundamenta o presente termo com o objetivo de firmar credenciamento com OSCs ou instituições privadas para atender essa demanda, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

**3. OBJETIVOS:**

O serviço de acolhimento institucional terá como objetivos:

- a) Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção dos usuários na rede de proteção social de assistência social;
- b) Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- c) Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte

- e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos (as) usuários (as) aos demais direitos;
- d) Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos (as) usuários (as);
  - e) Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
  - f) Criar espaços de reflexão e/ou coletivos para o fortalecimento dos vínculos
  - g) Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
  - h) Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
  - i) Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo
  - j) Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidências;
  - k) Redução da presença de pessoas em situações de rua e de abandono;
  - l) Indivíduos acolhidos em local seguro;
  - m) Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e rupturas de vínculos;
  - n) Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais, garantindo inclusive recâmbio quando for o caso;
  - o) Possibilitar a convivência comunitária;
  - p) Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do sistema de garantia de direitos e as demais políticas públicas setoriais;
  - q) Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
  - r) Promover acesso a programações culturais, de lazer, de esportes e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
  - s) Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
  - t) Desenvolver com os usuários condições para a independência e o autocuidado;
  - u) Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas a inclusão produtiva
  - v) Incentivar a escolarização e profissionalização visando a autonomia dos usuários;
  - w) Abordar, sensibilizar, acolher e garantir a proteção integral de forma individualizada e extensivo aos usuários com vínculos de parentesco na mesma unidade de acolhimento;
  - x) Restabelecer vínculos familiares, comunitários e sociais;

#### **4. PÚBLICO ALVO:**

Adultos a partir de 18 (dezoito) anos e/ou famílias, de ambos sexos, que se encontram em situação de/na rua e em trânsito no município de Itajaí, casos em que se configurem o caráter de transitoriedade; com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, ou ainda em desabrigo por abandono, por migração, refugiados, vítimas de tráfico de pessoas.

##### **4.1. DETALHAMENTO DO PÚBLICO:**

- Pessoas que se encontram em situação de rua e que possuam deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, poderão ser inseridas no Serviço, desde que possuam condições de exercer, de forma independente, as atividades básicas da vida diária.
- Migrantes, refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderão ser inseridos no Serviço, a depender da incidência da demanda.
- Crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, só poderão ser atendidos neste Serviço acompanhados dos pais ou responsáveis legais com Termo de Guarda.
- Pessoas em situação de rua com alta hospitalar, desde que tenham vínculo ou histórico com o município e que possuam condições de exercer, de forma independente, as atividades da vida diária, sem necessidade de cuidados clínicos e/ou repouso total no espaço do acolhimento;
- Pessoas em situações excepcionais, quando envolver calamidades, trabalho análogo à escravidão, fluxos migratórios emergenciais, dentre outras situações de caráter excepcional;
- Garantir o atendimento do público LGBTQIAPN+ considerando suas especificidades de acordo as orientações da política de Assistência Social.

## **5. FORMAS DE ACESSO E CARÁTER DE EMERGÊNCIA:**

**5.1.** Os encaminhamentos dos usuários para o acolhimento institucional deverão ser realizados, prioritariamente, pelos após qualificação técnica e preenchidos os critérios de atendimento pelo CENTRO POP.

**5.2.** Em caso de qualificação pelo Centro Pop em horário oposto ao funcionamento da SAS, a solicitação da vaga deverá ser realizada à Diretoria da Proteção Social Especial; que posteriormente comunicará formalmente ao técnico da gestão de alta complexidade, responsável pela regulação das vagas.

**5.3.** Os atendimentos realizados na excepcionalmente pelo Serviço de Abordagem Social em finais de semana, feriados e no período noturno, objetivando o acolhimento institucional, devem ser comunicados imediatamente a Diretoria da Proteção Social Especial, que no próximo dia útil deverá comunicar formalmente ao técnico da gestão de alta complexidade, responsável pela regulação das vagas.

**5.4.** O acolhimento ocorrerá em caráter imediato, a partir da disponibilidade da vaga pactuada, com atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas e por profissionais capacitados e preparados, que venha, após a realização de escuta qualificada, promover os encaminhamentos necessários junto à rede setorial e intersetorial, prestando os atendimentos e o assessoramento para que a família acesse os benefícios abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de nº 8.742/93, atuando na garantia e defesa dos direitos, assim estabelecidos na Lei de nº 12.435/11, atendendo ainda os respectivos estatutos e leis específicas, voltadas à natureza de cada peculiaridade do usuário atendido.

## **6. IMPACTO SOCIAL ESPERADO**

- ✓ Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- ✓ Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- ✓ Indivíduos e famílias protegidas e incluídas em serviços, com acesso a oportunidades;
- ✓ Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- ✓ Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social;
- ✓ Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- ✓ Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- ✓ Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- ✓ Melhoria da qualidade de vida dos (as) usuários (as) e suas famílias.
- ✓ Aumento no número de pessoas autônomas e participantes, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- ✓ Redução e prevenção de situações de isolamento social

## **7. AMBIENTES FÍSICOS E RECURSOS MATERIAIS:**

a) A unidade institucional deverá estar localizada no município de Itajaí/SC.

b) Deverá ser em local de fácil acesso e de total segurança aos usuários acolhidos;

c) Deverá possuir características residenciais, contando com a estrutura física adequada e organizada de forma a atender aos requisitos previstos nas normativas existentes, em adequação às necessidades dos usuários, oferecendo um ambiente acolhedor em boas condições de habitabilidade, higiene, salubridade, acessibilidade e privacidade,

d) Deverá promover ações que favoreçam o não rompimento dos vínculos e promova a criação e/ou fortalecimento do vínculo comunitário, articulação junto aos serviços de proteção básica e especial de média complexidade, visando ainda, quando possível, o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

e) Deve o imóvel ser de total responsabilidade da credenciada, podendo ser próprio ou alugado;

f) O Imóvel deverá se constituir num espaço de moradia e o endereço como referência domiciliar;

g) Deverá conter os seguintes cômodos:

- Salas de estar e de convívio; b) sala para o atendimento individualizado; c) sala para a realização de atividades coletivas e comunitárias; d) cozinha com dispensa e refeitório; e) no mínimo 03 (três) banheiros completos (chuveiro, pia e vaso sanitário); f) lavanderia; g) almoxarifado; h) quartos/alojamentos que comporte o número de usuários, respeitando suas individualidades; i) a unidade institucional deverá primar pela organização de até no máximo 4 (quatro) acomodações por quarto, g) espaço para guarda de pertences e de documentos. Tudo de acordo com as normas de acessibilidade pela ABNT.

- Disponibilizem abrigo para os animais da população em situação de rua, bem como espaço e segurança para seus bens pessoais e utensílios de trabalho.

- Em caso de famílias serem acolhidas, que fiquem, preferencialmente no mesmo cômodo

h) Materiais:

- Permanentes: Mobiliário, computador, impressora, telefone, camas, colchões, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, utensílio de cozinha, roupa de cama, mesa e banho;

- Consumo;

- Higiene;

- Pedagógico e brinquedos culturais e esportivos;

- Vestuários adequados aos tamanhos dos usuários.

## 8. TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO:

Acolhida/Recepção; escuta; cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais; construção de plano individual e familiar de atendimento; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; fortalecimento da função protetiva da família; gestão de benefícios; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos; orientação e atendimento sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários com inclusão no Sistema Integrado da Assistência Social; trabalho interdisciplinar; visita domiciliar a família; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização da família extensa ou ampliada; mobilização para a cidadania; articulação da rede socioassistencial; articulação com os serviços de outras políticas públicas; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

**9. EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA:** Deverá a Instituição cumprir o que dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, devendo observar as especificidades dos usuários para ampliar a equipe, mantendo sempre a composição completa nos seguintes termos:

Função	Qtde	Nível escolarização/área de formação	Carga horária
Coordenação	01	Superior (Resolução de nº 17/2011)	40h
Cuidadores	05	Médio completo com qualificação na área	40h/turno
Auxiliar de cuidador	05	Fundamental completo e qualificação na área	40h/turno
Técnicos	01	Assistente Social com registro ativo no CRESS	30h
	01	Psicólogo (a) com registro ativo no CRP	30h
Serviços gerais/limpeza	01	Fundamental completo e experiência na função	40h/turno
Cozinha	01	Fundamental completo e experiência na função	40h/turno

**9.1.** Os recursos humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis com o descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive, ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

## 10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

10.2. Regimento Interno da Instituição;

- 10.3. Identificação do profissional responsável técnico de nível superior, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional;
- 10.4. Comprovar registro no Conselho Municipal de Assistência Social;
- 10.5. Informar, no ato de suas habilitações, a quantidade de vagas que estarão disponibilizando a contratante;
- 10.6. Comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento, mediante a apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 10.7. Apresentar atestados(s) que façam a menção a quantitativos e exigências relativo ao ambiente físico, recursos materiais e quadro de recursos humanos exigidos, disposto neste termo.

#### **11. FORMA DE EXECUÇÃO:**

A execução dos serviços ocorrerá por meio de ocupação de vagas, exclusivamente, encaminhadas formalmente e com prévio contato pela gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, através de servidora designada para o exercício da função e que tem a atribuição de manter o controle de ocupação das vagas e os critérios para os seus encaminhamentos a partir de relatório técnico de acompanhamento pela equipe do CREAS PAEFI.

O serviço a ser executado pela credenciada, deverá estar de acordo com as normativas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a partir do desenvolvimento de ações planejadas que visem a garantia do sigilo e da privacidade dos usuários e suas famílias, respeitando os costumes, às tradições e às diversidades em relação aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, a questão de raça/etnia, de crença, de gênero e orientação sexual.

Os atendimentos devem ser prestados de forma personalizada, garantindo a individualidade e, ainda em pequenos grupos. Deve estimular, favorecer e preservar o convívio familiar e comunitário através da utilização dos recursos, equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, desenvolvendo ações integradas e articuladas na setorialidade e intersetorialidade, com regras de gestão e de convivência construídas e desenvolvidas de forma participativa e coletiva, assegurando o desenvolvimento do plano de ação para o alcance das metas traçadas, garantindo a autonomia e respeitando os perfis de cada usuário (a).

**11.1.** As vagas serão ocupadas de acordo com a necessidade da contratante e conforme demanda apresentada.

**12. PAGAMENTO:** O pagamento ocorrerá através da Secretaria Municipal de Assistência Social, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço, mediante a emissão da Nota Fiscal com a comprovação dos recolhimentos fiscais.

**12.1.** Serão pagos os valores correspondentes ao número de vagas/pessoas acolhidas no mês correspondente aos **dias** de ocupação, comprovados e atestados pela equipe de Vigilância Socioassistencial através da técnica responsável pelo controle de ocupação de vagas e da fiscal do contrato;

**12.2.** Havendo a ocupação parcial da vaga no mês serão pagos apenas o número de dias de ocupação.

**12.3.** O pagamento será realizado pela contratante diretamente em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, a ser fornecida no ato da contratação.

**12.4.** Constitui condição para o pagamento o de estar a CONTRATADA em dia com suas obrigações legais.

#### **13. DA ADJUDICAÇÃO:**

**13.1.** A adjudicação dar-se-á pelo valor da vaga estipulado neste termo, podendo mais de 01 (uma) interessada se habilitar no processo, desde que comprovada sua capacidade técnica e operacional; o seu enquadramento nos critérios estabelecidos neste termo; possuir instalações especificamente para desenvolver cada serviço.

**13.2.** Para análise da habilitação técnica, operacional e de instalações das contratadas será designado pela gestão da Secretaria de Assistência Social 02 (dois) assistentes sociais, sendo para tanto dado vistas dos processos para o credenciamento e o prazo de sobrestamento de 10 (dez) dias para a emissão de parecer.

**13.3.** Serão contratadas as instituições que mais se assemelham ao desenvolvimento de ações e contem com equipe previstas pelas normativas do SUAS (RESOLUÇÃO n. 109/09 do CNAS – NOB SUAS – NOB/RH SUAS).

**13.4.** Como forma de garantir-se o controle de ocupação das vagas por consequente desocupação repentina,



desligamento, óbito etc, deverá a contratada comunicar imediatamente à contratante através do e-mail [sas-vigilancia@itajai.sc.gov.br](mailto:sas-vigilancia@itajai.sc.gov.br) a desocupação, independente de ser final de semana, feriado ou período de recesso.

#### **14. DA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DAS VAGAS**

14.1. A distribuição das vagas às credenciadas obedecerá a uma planilha sequencial, a ser controlada pela técnica dos Serviços de alta complexidade do SUAS junto a gestão da política municipal de assistência em parceria com o/a fiscal dos contratos, que terá por objetivo manter a ocupação das vagas de forma igualitária por todas as entidades norteadas pela referida planilha.

14.2. A composição da planilha será em ordem numérica e sequencial por ordem alfabética considerando a razão social de cada entidade.

14.2.1. Para a ocupação inicial será considerada a necessidade de transferências de pessoas que já se encontram acolhidas por contratação emergencial;

14.2.3. De igual forma de distribuição ocorrerá à redistribuição das vagas da entidade que por ventura vier a ser descredenciada no decorrer da execução do contrato.

14.2.4. A documentação, o Plano de Atendimento Individual e/ou Singular ou Plano de Atendimento Familiar e demais registros são pertencentes ao usuário e com ele devem acompanhar em caso de sua transferência para outra credenciada em caso de redistribuição das vagas ou em sendo o mesmo egresso de acolhimento, favorecendo a continuidade das ações e o alcance dos resultados esperados com a presente contratação.

#### **15. DO CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO**

15.1. As interessadas, no ato do credenciamento, deverão declarar a quantidade de vagas que serão disponibilizadas à contratante, de acordo com sua capacidade técnica, operacional e de instalação física;

15.2. Poderão ser descredenciadas pela contratante, a qualquer tempo, as instituições que não estiverem atendendo os requisitos, as exigências deste termo e as normas pertinentes e legais que orientam a execução da natureza do serviço contratado, sendo assegurada a NOTIFICADA o princípio da ampla defesa e do contraditório a partir de NOTIFICAÇÃO formal.

**16. DO VALOR:** O valor mensal a ser pago por vaga é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), tendo a contratação o valor global máximo de **R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)**, correspondente a 30 (trinta) vagas preenchidas ao longo do período. Ainda, tem-se como valor estimado por diária R\$ 83,33 (oitenta e três reais e trinta e três centavos).

#### **17. VIGÊNCIA, ADITIVO E REAJUSTE**

A contratação terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada no interesse da administração nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será precedida de avaliação da execução anuída pelo/a fiscal do contrato;

17.1. A prestação dos serviços deverá ter início imediato após a assinatura do contrato.

17.2. Para a prorrogação contratual deverá haver a manifestação de interesse da contratante 30 (trinta) dias antes do prazo de encerramento da vigência.

17.3. Silente a contratada quanto à prorrogação da vigência contratual no prazo acima estabelecido, entender-se-á pelo seu desinteresse na continuidade da prestação do serviço e pela extinção contratual, podendo o respectivo quantitativo de vaga ser redistribuído dentre as demais credenciadas ou transferido por uma nova credenciada, se houver demanda.

17.4. Caso o particular na vigência do Contrato solicite pedido de reequilíbrio econômico financeiro, o mesmo deverá estar em consonância com o que dispõe a Instrução Normativa 58/2022/CGM/SEGOV.

#### **18. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Item	Descrição	Qtde/VAGAS	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor global (12 meses)
------	-----------	------------	----------------	--------------	-------------------------

01	<b>SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL</b> , na modalidade <b>CASA DE PASSAGEM</b> , vinculado a Proteção Social Especial, de caráter provisório para adultos a partir de 18 (dezoito) anos e /ou famílias, com estrutura para acolher pessoas de ambos sexos, que encontram-se em situação de/na rua e em trânsito no município de Itajaí/SC.	30	R\$ 2.500,00	R\$ 75.000,00	R\$ 900.000,00
----	---	----	--------------	---------------	----------------

**19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Além das resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são ainda obrigações da CONTRATADA:

**19.1.** Isentar o município de qualquer reclamação de terceiros, assegurando sua condição de única responsável pela administração do serviço contratado e arcando com qualquer prejuízo com ressarcimento de danos decorrente;

**19.2.** A CONTRATADA obriga-se a pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço contratado;

**19.3.** Apresentar os seguintes documentos na apresentação da nota fiscal de serviços:

**19.4.** Empresas não optante do Simples Nacional:

**19.5.** Fotocópia da guia INSS quitada pelo Fornecedor (mês anterior à prestação do serviço);

**19.6.** Guia do INSS preenchida com os dados da empresa para a retenção dos 11% pelo PMI código 2640;

**19.7.** Fotocópia da guia do FTGS quitada pelo fornecedor (mês anterior à prestação do serviço);

**19.8.** Fotocópia das folhas de pagamento dos funcionários que executaram o serviço.

**19.9.** Contrato ou estatuto social;

**19.10.** Dados completos do contratado: razão social, telefone, endereço, conta bancária, agência e banco com dígito

**19.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

**19.12.** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa MUNICIPAL

**19.13.** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa ESTADUAL

**19.14.** Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa RECEITA FEDERAL

**19.15.** Certificado de regularidade fiscal do FGTS – CRF

**19.16.** Empresas optantes do Simples Nacional (ME ou EPP):

**19.17.** Nota fiscal carimbada com a informação “optante pelo Simples Nacional”;

**19.19.** Informação na Nota Fiscal da alíquota do ISS, conforme legislação em vigor (de 2% a 5%);

**19.20.** Comprovante emitido pela Receita Federal confirmando que a empresa está realmente enquadrada no Simples Nacional;

**20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Além das resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

**20.1.** Informar a Contratada a respeito dos procedimentos para execução do contrato;

**20.2.** Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços, objeto do credenciamento, por meio de gestor designado, que deverá apontar as deficiências verificadas a serem sanadas pela contratada, podendo realizar visitas *in loco*, informando ao superior hierárquico da existência de fatos que comprometem ou possam vir a comprometer o desenvolvimento das atividades e consequentemente as metas planejadas e ainda de possíveis inícios de irregularidades na gestão dos recursos, adotando as providências para sanar o problema;

**20.3.** Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma convencionada, no prazo estipulado no presente termo, reproduzido ao instrumento contratual;

**20.4.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa prestar o serviço;

**20.5.** Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos, sempre que solicitadas, além das previstas no presente termo.

**21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****Despesa:**

O serviço será executado com o recurso financeiro da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/exercício de 2025:

Despesa **797** - 1 . 36036 . 8 . 244 . 6 . 2.348 . 0 . 339000- Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1 - Recursos Ordinários

**22. FISCAL DO CONTRATO:****Fiscal de gestão**

**Nome:** Roseli Tondorf Cesconetto

**Cargo:** Diretora do Departamento de Proteção Social Especial

**Matrícula:** 2689001

**Fiscal de execução**

**Nome:** Paula Gabriela Laurentino

**Cargo:** Assistente Social

**Matrícula:** 2470701

Itajaí, 26 de setembro de 2025

**ANDRÉ LEONARDO SEVERINO**

Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania